

Nuno Severiano Teixeira (coord.)  
João Gouveia Monteiro  
Francisco Contente Domingues

# HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL

a esfera  dos livros

A Esfera dos Livros  
Rua Professor Reinaldo dos Santos, 42, r/c  
1500-507 Lisboa – Portugal  
Tel. 21 340 40 60  
Fax 21 340 40 69  
www.esferadoslivros.pt

Distribuidora de Livros Bertrand, Lda.  
Rua Professor Jorge da Silva Horta, n.º 1  
1500-499 Lisboa  
Tel. 21 762 60 00 (geral) / 21 762 61 96  
Fax 21 760 95 92  
distribuidora@bertrand.pt

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

© A Esfera dos Livros, 2017  
© Francisco Contente Domingues, 2017  
© João Gouveia Monteiro, 2017  
© Nuno Severiano Teixeira, 2017

1.ª edição: junho de 2017

Capa: Ideias com Peso  
Fotos da capa: (ao topo) – Glória Lopes; (ao centro) – AKGimages/Fotobanco.pt;  
(em baixo) – Bundesarchiv, Bild 146-2008-0314

Fotógrafo: O. Ang.  
Fotos da contracapa: (ao topo) – 25 Abril de 1974, Lisboa, Portugal  
Fotógrafo: Estúdio Horácio Novais  
F.C.G. – Biblioteca de Arte  
(em baixo) Alamy/Fotobanco.pt

Paginação: Segundo Capítulo  
Revisão: Sofia Graça Moura  
Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Depósito legal n.º 426 430/17  
ISBN 978-989-626-831-2

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO <i>por Nuno Severiano Teixeira</i> . . . . .	11
PARTE I (1096-1495) <i>por João Gouveia Monteiro</i> . . . . .	15
CAPÍTULO I – RECONQUISTA (1096-1249) . . . . .	19
<i>a)</i> Assim nasceu Portugal . . . . .	19
<i>b)</i> Os ventos da guerra, na Europa . . . . .	37
<i>c)</i> A arte militar no Portugal da Reconquista . . . . .	48
<i>d)</i> Cinco campanhas emblemáticas . . . . .	61
<i>i)</i> A batalha de Ourique (25 de julho de 1139) . . . . .	61
<i>ii)</i> A tomada de Santarém (15 de março de 1147) . . . . .	64
<i>iii)</i> A conquista de Lisboa (25 de outubro de 1147) . . . . .	67
<i>iv)</i> A conquista de Silves (3 de setembro de 1189) . . . . .	71
<i>v)</i> A tomada de Alcácer (20 de outubro de 1217). . . . .	77
CAPÍTULO II – CENTRALIZAÇÃO (1249-1367) . . . . .	81
<i>a)</i> A afirmação do poder régio em tempos agitados . . . . .	81
<i>b)</i> A diversidade militar europeia . . . . .	92
<i>c)</i> A reorganização da guerra em Portugal . . . . .	103
<i>d)</i> Quatro campanhas em frentes distintas. . . . .	118
<i>i)</i> A conquista de Faro (março de 1249) . . . . .	118
<i>ii)</i> A guerra civil de 1319-1324 . . . . .	121
<i>iii)</i> A guerra luso-castelhana de 1336-1338 . . . . .	123
<i>iv)</i> A batalha do rio Salado (30 de outubro de 1340) . . . . .	126

## 8 HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL

CAPÍTULO III – CRISE(S) E RENOVAÇÃO (1367-1495) . . . . .	136
a) Reagir à crise e abraçar o oceano. . . . .	136
b) A pólvora na arte militar europeia. . . . .	162
c) Portugal adapta-se às novas formas de guerra . . . . .	169
d) Duas vitórias decisivas e duas derrotas escusadas . . . . .	185
i) A batalha de Atoleiros (6 de abril de 1384). . . . .	185
ii) A batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385). . . . .	188
iii) O cerco de Tânger (setembro-outubro de 1437) . . . . .	193
iv) A batalha de Toro (1 ou 2 de março de 1476). . . . .	196
PARTE II (1495-1820) <i>por Francisco Contente Domingues</i> . . . . .	207
CAPÍTULO I – O IMPÉRIO NO MAR E NA TERRA (1495-1580) . . . . .	209
a) A Coroa e a política ultramarina. . . . .	209
b) A arte militar na Europa. . . . .	220
c) A organização militar em Portugal. . . . .	224
d) Vitórias no Oriente e Brasil, desastre em Marrocos. . . . .	233
i) Batalha de Diu (1509) . . . . .	233
ii) Campanhas de Afonso de Albuquerque (1509-1515). . . . .	238
iii) Conquista de Goa (1510-1511) . . . . .	241
iv) Malaca (1511) . . . . .	244
v) Consolidação de Goa: Benasterim (1512). . . . .	245
vi) O fracasso de Adém e a segunda conquista de Ormuz. . . . .	247
vii) França Antártica(1555-1560) . . . . .	257
viii) Alcácer-Quibir (1578) . . . . .	262
CAPÍTULO II – EM GUERRA COM O MUNDO, POR TODO O MUNDO (1580-1668). . . . .	273
a) A monarquia dual. . . . .	273
b) Política e religião: a Europa em guerra . . . . .	279
c) Redimensionamento dos meios de guerra terrestres e navais . . . . .	283
d) Campanhas na terra e no mar . . . . .	291
i) Campanha de Portugal (1580) . . . . .	291
ii) Campanha dos Açores (1581-1583). . . . .	295
iii) <i>Felicíssima Armada</i> (1588). . . . .	302
iv) Campanhas de Angola (1589-1622) . . . . .	315
v) Queda de Ormuz (1621-1622) . . . . .	320
vi) Guerra da Restauração (1640-1668) . . . . .	326

CAPÍTULO III – UM DESTINO SECUNDÁRIO (1668-1820) . . . . .	334
<i>a)</i> Reorganização, recomposição, fortificação . . . . .	334
<i>b)</i> O confronto dos grandes potentados militares europeus. . . . .	345
<i>c)</i> O reino como palco central da guerra . . . . .	354
<i>d)</i> Uma potência secundária nas guerras europeias. . . . .	360
i) Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714). . . . .	360
ii) Batalha do Cabo Matapão (1717) . . . . .	366
iii) Guerra das Laranjas (1801) . . . . .	368
iv) Invasões Francesas/Guerra Peninsular (1807-1810) . . . . .	372
 PARTE III (1820-2010) <i>por Nuno Severiano Teixeira</i> . . . . .	 389
 CAPÍTULO I – DAS GUERRAS CIVIS À «PACIFICAÇÃO» DO IMPÉRIO (1820-1890). . . . .	 391
1. REVOLUÇÃO LIBERAL E GUERRAS CIVIS . . . . .	391
<i>a)</i> O contexto internacional da revolução liberal . . . . .	391
<i>b)</i> Revolução e contrarrevolução: absolutismo, liberalismo e guerra civil . . . . .	398
<i>c)</i> Dois liberalismos em conflito: Constituição, Carta e guerra civil . . . . .	406
2. O IMPÉRIO E AS CAMPANHAS DE «PACIFICAÇÃO» . . . . .	412
<i>a)</i> Os novos Brasis . . . . .	412
<i>b)</i> A corrida para África e a ocupação efetiva . . . . .	417
<i>c)</i> O exército metropolitano e o exército colonial . . . . .	427
<i>d)</i> As campanhas de «pacificação» . . . . .	430
i) Moçambique . . . . .	432
ii) Angola . . . . .	434
iii) Os teatros menores . . . . .	437
 CAPÍTULO II – O TEMPO DAS GUERRAS TOTAIS (1890-1945) . . . . .	 439
3. A REPÚBLICA E A GRANDE GUERRA. . . . .	439
<i>a)</i> A situação internacional da República antes da Guerra . . . . .	439
<i>b)</i> A entrada em Guerra: os objetivos nacionais e as estratégias políticas. . . . .	446
<i>c)</i> A conduta da guerra: as políticas de guerra, o instrumento militar e os teatros de operações . . . . .	454
<i>d)</i> A gestão da paz: o pós-guerra e a Conferência de Versalhes. . . . .	466
4. O ESTADO NOVO E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA . . . . .	472
<i>a)</i> A situação internacional do Estado Novo antes da Guerra . . . . .	472
<i>b)</i> No limite da ambiguidade: Portugal perante a Guerra Civil de Espanha . . . . .	476
<i>c)</i> Da ameaça interna à ameaça continental: a política de defesa e as reformas militares . . . . .	480

## 10 HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL

5. O ESTADO NOVO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL . . . . .	488
<i>a)</i> A situação internacional e a política externa portuguesa nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. . . . .	488
<i>b)</i> Porquê a neutralidade: Portugal perante a Segunda Guerra Mundial . . . . .	490
<i>c)</i> Os avatares da ameaça continental: a política de defesa, a estratégia e o instrumento militar . . . . .	499
CAPÍTULO III – ENTRE A GUERRA FRIA E A GUERRA DE GUERRILHA (1945-1974). . . . .	
6. A GUERRA FRIA. . . . .	508
<i>a)</i> A situação internacional do Estado Novo no segundo pós-guerra . . . . .	508
<i>b)</i> Da neutralidade ao alinhamento: Portugal e a fundação da Aliança Atlântica . . . . .	510
<i>c)</i> Portugal e a NATO: a política de defesa e a reforma do instrumento militar . . . . .	516
7. O FIM DO IMPÉRIO E AS GUERRAS DA DESCOLONIZAÇÃO . . . . .	526
<i>a)</i> O isolamento internacional do Estado Novo: a cena internacional, a política externa portuguesa e a questão colonial . . . . .	528
<i>b)</i> A mobilização para a guerra: a política de defesa, as forças armadas e a guerra de guerrilha. . . . .	540
<i>c)</i> Os movimentos independentistas e o conflito armado: uma guerra ou três guerras de descolonização?. . . . .	547
<i>i)</i> Angola. . . . .	552
<i>ii)</i> Guiné. . . . .	554
<i>ii)</i> Moçambique. . . . .	557
<i>d)</i> O balanço da guerra e o destino político do regime. . . . .	562
CAPÍTULO IV – DAS CAMPANHAS DE GUERRA ÀS OPERAÇÕES DE PAZ (1974-2010). . . . .	
8. A DEMOCRACIA E AS NOVAS MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS. . . . .	564
<i>a)</i> A Democracia portuguesa entre África e Europa . . . . .	564
<i>b)</i> O pós-guerra fria: atlantismo, europeização e relações pós-coloniais . . . . .	569
<i>c)</i> O modelo democrático das Forças Armadas e as novas missões internacionais . . . . .	585
CRONOLOGIA . . . . .	599
NOTAS . . . . .	627
BIBLIOGRAFIA . . . . .	670
ÍNDICE ONOMÁSTICO . . . . .	697

# INTRODUÇÃO

*por Nuno Severiano Teixeira*

Da batalha de Ourique a Aljubarrota, da conquista de Ceuta a Alcácer-Quibir, da Restauração às invasões francesas, da batalha de La Lys às missões internacionais da NATO, da União Europeia ou das Nações Unidas, em Timor, no Líbano ou no Afeganistão. São as guerras da fundação e da independência. A construção dos impérios: da Índia, do Brasil e de África. E as guerras da descolonização. São as revoluções e as guerras civis: das lutas dinásticas às guerras liberais, da implantação da República à ditadura militar, do regime autoritário ao 25 de Abril e à transição para a Democracia. Das campanhas de guerra às operações de paz, são quase mil anos de história militar que fizeram Portugal. Esse é o objeto deste livro.

Trata-se, pois, de uma perspetiva histórica da guerra e da instituição militar em Portugal. Dos sistemas de recrutamento, da composição e da organização das forças armadas: o exército, a armada e, mais recentemente, a força aérea. Do *ethos* militar. Da evolução do equipamento, do armamento e das tecnologias militares. Da arte da guerra e do pensamento estratégico. Das táticas e das operações militares. Do combate e dos combatentes. Mas não se trata, apenas, da guerra na sua gramática. Trata-se, também, da guerra no seu contexto. Do ambiente internacional e europeu, das relações com a economia e a sociedade, com a opinião pública e o poder político.

A historiografia militar portuguesa tem sido prolífera, mas normalmente limitada do ponto de vista cronológico e fragmentária do ponto de vista temático. Significa isto que se trata, frequentemente, de obras que se reportam ou à história da participação em determinadas

guerras, campanhas ou até operações militares. Ou à história de um dos três ramos das Forças Armadas: o Exército, a Marinha ou Força Aérea. Ou mesmo, à história das suas unidades: regimentos, navios ou esquadras.

Pelo contrário, Histórias Militares de Portugal numa perspetiva global e cobrindo todo o período histórico da fundação aos nossos dias são raras. Em boa verdade, até hoje, apenas, duas.

A primeira, *Portugal Militar*, da autoria de Carlos Selvagem foi publicada pela Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1931. É uma obra fundadora, ainda hoje incontornável e que traduz a melhor tradição do paradigma positivista dominante na historiografia da época.

A segunda, *Nova História Militar de Portugal*, coordenada por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, foi publicada, em cinco volumes, pelo Círculo de Leitores, em Lisboa, entre 2003 e 2004. Insere-se no grande *boom* da historiografia portuguesa da década de noventa do século XX e dos primeiros anos do século XXI. Traça o estado da arte e as grandes transformações historiográficas, setenta e dois anos depois de Carlos Selvagem e transporta para a História Militar o paradigma da Nova História.

O livro que ora se publica, *História Militar de Portugal*, será a terceira. Beneficia dessa herança teórica e das atualizações de uma década e meia de história e constituirá a primeira obra de síntese no quadro deste paradigma historiográfico.

Sendo uma obra de síntese não desenvolve, nem pode desenvolver, todos os aspetos em detalhe e profundidade. Antes procura um panorama histórico e uma visão de conjunto do seu objeto.

E como obra de síntese que é procura combinar com equilíbrio, o rigor e a exigência académica com uma narrativa literária. Não só suscetível de interessar os especialistas, mas também de chegar ao grande público. Por isso mesmo e com esse objetivo, sem fugir à pluralidade de teorias interpretativas, não se constitui como exercício de polémica historiográfica.

A estrutura da obra segue a periodização clássica em três grandes períodos históricos a que correspondem, respetivamente, cada uma das três partes do livro: a primeira, da autoria de João Gouveia Monteiro, cobre a história medieval (1096-1495); a segunda, da autoria de Francisco Contente Domingues, cobre a história moderna (1495-1820); e a terceira, da autoria de Nuno Severiano Teixeira, cobre a história contemporânea (1820-2010).

Cada uma destas três partes está, por sua vez, dividida em três ou quatro capítulos que apresentam uma organização interna tão próxima quanto possível, de modo a assegurar a coerência da estrutura e a economia da obra. Tanto quanto a especificidade de cada uma das épocas históricas e a liberdade de cada um dos autores o permitiram.

A bibliografia apresentada não é nem poderia ser exaustiva, citando todo o *corpus* documental utilizado para uma obra de síntese que se estende por nove séculos de história. Está dividida entre bibliografia geral e bibliografia especializada e procura, tão-só, ser um instrumento de orientação de leituras para quem quiser saber mais.

Para maior facilidade dos leitores, apresenta-se no final uma cronologia, centrada no facto militar em Portugal, entre 1096 e 2010, e um índice remissivo.

Esta História foi uma ideia de A Esfera dos Livros. Uma proposta que entusiasmou os seus autores. Porém, os muitos compromissos académicos e profissionais, e as vicissitudes pessoais dos autores, atrasaram a sua conclusão. Ao longo de todo esse período puderam sempre beneficiar da compreensão e do auxílio de A Esfera dos Livros. Pela ideia, pela compreensão e pelo apoio, aqui fica o testemunho do nosso reconhecimento.

Os autores querem ainda deixar expresso o seu agradecimento às instituições a que pertencem e que, em última instância, lhes proporcionaram as condições indispensáveis para a investigação e a escrita do livro: João Gouveia Monteiro à Universidade de Coimbra; Francisco Contente Domingues à Universidade de Lisboa; e Nuno Severiano Teixeira à Universidade Nova de Lisboa.

Um agradecimento é, ainda, devido à Joana Calado Mendes pelo seu apoio profissional e dedicado na elaboração e/ou revisão da cronologia, bibliografia e índice.

PARTE I  
(1096-1495)

*por João Gouveia Monteiro*



*E*ra uma vez um reino que houve nome Portugal. Um reino esculpido pela guerra e em tempo de guerra. Um país que se firmou a pulso, em jornadas de sangue, suor e lágrimas. Primeiro contra os poderes constituídos na Galiza e em Leão, depois contra as dinastias muçulmanas que ocupavam parte da Península Ibérica: os Almorávidas, entre finais do século XI e meados do século XII, e os Almóadas, desde então e até à segunda década do século XIII.

Não há nenhum fator que tenha influenciado tão fortemente a formação de Portugal, que tenha condicionado tanto a obra dos nossos primeiros reis, que tenha marcado tão nitidamente a organização interna das nossas cidades, vilas e aldeias quanto a guerra. Foi na batalha de Ourique, em 1139, que Afonso Henriques foi aclamado como o nosso primeiro monarca; foi por causa da luta contra os Mouros que o papa Alexandre III lhe reconheceu, em 1179, o título real; foi ainda sob a pressão da guerra que os nossos concelhos se estruturaram, classificando os seus habitantes em «cavaleiros» e «peões». Como sugeriu Bernardo Vasconcelos e Sousa, Portugal foi uma construção política arrancada ao seu próprio destino, quando «nada na geografia física ou humana, na economia ou na tradição das regiões que o vieram a compor determinava que se destacasse da restante Península o retângulo que veio a constituir-se como o reino mais ocidental da Europa»<sup>1</sup>.

Fazer uma história militar dos nossos quatro primeiros séculos é uma tarefa hercúlea, onde política e arte militar se articulam, com as condicionantes económicas, tecnológicas e sociais como pano de fundo. Valha-nos o facto de, nas últimas décadas, ter havido progressos significativos,

expressos em dezenas de trabalhos inovadores, de que citaremos apenas a *Nova História Militar de Portugal* coordenada por Manuel Theodoro Barata e Nuno Severiano Teixeira, editada em 2003 pelo Círculo de Leitores. Como os cinco volumes dessa obra sugerem, não é mais admissível fazer história militar sem um diálogo estreito com a história política e sem uma inserção cuidadosa no enquadramento europeu. Por esse motivo, organizaremos a nossa exposição (globalmente concebida e escrita entre 2012 e 2013) em três grandes períodos (1096-1249, 1249-1367, 1367-1495) e, dentro de cada um deles, tentaremos, num primeiro momento, evocar o panorama político português, sugerindo seguidamente ao leitor as coordenadas principais da arte militar europeia; só então nos ocuparemos do exército português e, por fim, de uma seleção das suas principais campanhas.

## CAPÍTULO I

# RECONQUISTA (1096-1249)

### *a) Assim nasceu Portugal*

**E**m julho de 711, travou-se a batalha de Guadalete, onde o governador de Tânger, Tarik ibn Ziyad, venceu e matou Rodrigo, rei dos Visigodos. No ano seguinte, Musa ibn Nusayr, governador muçulmano de África e do Magrebe, avançou contra Sevilha, Málaga e Granada. Começava assim a conquista muçulmana da Península Ibérica, um processo concluído em menos de cinco anos<sup>2</sup>! Em 756, Abd al-Rahman I, o único sobrevivente do massacre dos Omíadas perpetrado em Damasco pelos Abássidas, refugiou-se na Península e fundou aqui um emirado poderoso (tornado califado a partir de 929). Era o início da longa saga dos Omíadas, a primeira dinastia muçulmana a dominar a Hispânia.

As Astúrias, região montanhosa do norte peninsular, constituíram então o ponto de refúgio daqueles que não se conformavam com a ocupação muçulmana. Foi aqui que um nobre chamado Pelágio derrotou, em 722, o governador provincial Munuza, na batalha de Covadonga, um evento de grande significado simbólico. Já na segunda metade do século VIII, estabeleceu-se nas Astúrias, com epicentro em Oviedo, uma linhagem de chefes guerreiros que reclamavam descender de Pelágio e que se intitulavam «príncipes». Foi então, sobretudo com o rei asturiano Afonso II (791-842), que se iniciou o repovoamento da bacia do Douro, uma espécie de «terra de ninguém» (conquanto não desabitada), vindo a alcançar-se a linha deste rio já no reinado de Afonso III, entre 866 e 910. Por esta altura, a corte régia asturiana foi transferida para León, motivo pelo qual falamos hoje numa monarquia «asturo-leonesa»<sup>3</sup>.

Sabidamente, alguns clérigos (em textos como a *Crónica Albeldense*, cuja primeira versão acabou de ser escrita cerca de 881 e que constitui uma das versões da *Crónica de D. Afonso III*) exploraram a tese de que a monarquia asturiana era a herdeira do reino visigótico, uma ideia que assentava em ligações genealógicas que não estão provadas (como a sugestão de que Afonso I descendia dos reis visigodos Leovigildo e Recaredo). Aliás, a convicção de que o reino asturiano (que durante o tempo dos Visigodos havia continuado independente) era o legítimo responsável por uma recuperação do território peninsular, num empreendimento que tinha tanto de político como de religioso, devia ser partilhada apenas por um número reduzido de figuras da corte de Oviedo: perante o colosso muçulmano, que esperanças poderia haver, nas Astúrias ou em Leão, de uma reconquista neogoda?...

Significa isto que temos de rever o nosso conceito de uma «reconquista cristã» precoce: esta ideia é uma projeção sobre épocas anteriores de factos que pertencem a um período muito mais tardio – não antes do rei Fernando I, o *Magno*, em meados do século XI. Ainda assim, não é despropositado reconhecer na expansão liderada por Afonso III características inovadoras: este monarca asturo-leonês procurou articular a conquista com a organização e o povoamento, o que o converteu num precursor do que sucederia mais tarde; e foi durante o seu reinado que se deram as primeiras grandes presúrias (tomadas de território pela força) e se formaram os primeiros condados: Vímara Peres em Portucale (Porto), logo em 868, e Hermenegildo Guterres em Coimbra, dez anos depois. Nesta altura, a organização do espaço obedecia à matriz das *civitates*, grandes unidades territoriais comandadas a partir de um lugar central fortificado, tendo-se registado muita construção de castelos na fachada noroeste<sup>4</sup>.

Em 1008, deu-se a morte de Abd al-Malik, herdeiro de Al Mansur, o prefeito do califa Hishâm II, assassinado poucos anos depois; o califado omíada, sediado em Córdova, começou a desagregar-se, registando-se uma sucessão de quinze titulares entre os anos de 1009 e 1027; em 1031, após a destituição de Hishâm III, teve início o período dos primeiros «reinos de taifas» – uma constelação de pequenos estados independentes, espalhados pela Península Ibérica e não submetidos a uma dinastia muçulmana forte, num quadro de grande fragmentação política.

Os monarcas cristãos aproveitaram a conjuntura. Em 1027, Afonso V de Leão cercou Viseu, mas faleceu durante a operação. Nessa altura, Navarra ganhou algum ascendente: a irmã do rei Sancho III ficou com

a tutela do novo monarca leonês (o seu filho Bermudo III); em 1029, o condado de Castela ficou sob a autoridade da rainha navarra, D. Maior (mulher de Sancho III); e, em 1033, um filho desta D. Maior, chamado Fernando, foi designado para assumir o trono de Castela. Como era casado com uma irmã de Bermudo III de Leão, os reinos de Castela e de Leão acabaram por ficar unificados sob Fernando e Sancha, um facto da maior importância e que permitiu o verdadeiro arranque da Reconquista.

Fernando I (ou Fernando Magno) reinou entre 1037 e 1065 e a ele se devem façanhas como a reconquista de Coimbra, em 1064. Com ele, evoluiu-se do modelo das *civitates* para o sistema das «terras», unidades mais pequenas, nascidas do desmembramento dos grandes territórios condais e que foram confiadas a uma nobreza emergente, hábil na guerra e fiel ao rei, que nela delegava competências de índole militar, administrativa e judicial. Seria neste novo quadro que se desenvolveria a Reconquista; assistiu-se à limitação do poder dos condes, à entrada dos novos senhores das terras na vassalidade régia e até à redução do número de castelos. Neste ambiente de «feudalismo ibérico», puderam emergir algumas famílias de infanções (novos nobres) portugalenses, como os Sousa ou os da Maia, e assistiu-se a uma notável expansão do reino de Leão, a partir de 1050.

À morte de Fernando Magno, em 1065, o reino de Leão e Castela foi repartido pelos seus três filhos: a Garcia coube a Galiza, a Sancho II tocou Castela, e Afonso (o futuro rei Afonso VI) recebeu Leão. Em 1071, ocorreu a batalha de Pedroso, perto de Braga, onde o rei da Galiza, Garcia, derrotou o conde Nuno Mendes e pôs um ponto final na existência do velho condado de Portucale; por essa altura, já o condado de Coimbra tombara às mãos dos muçulmanos, no ano de 997. Garcia, porém, não teve tempo para saborear o sucesso: em 1073, quando morreu Sancho II de Castela, o irmão Afonso capturou-o, encerrou-o numa masmorra e reunificou os reinos que haviam pertencido a Fernando Magno. Com Afonso VI, retomou-se a centralização régia, que contou com o apoio dos infanções contra a velha nobreza condal; e repetiram-se os êxitos militares, especialmente com a conquista de Toledo, em 1085.

A tomada da antiga capital visigótica pelos cristãos teve um enorme impacto político e psicológico. Alarmado, o rei muçulmano de Sevilha, Al Mutamid, solicitou o auxílio dos Almorávidas (os «Confederados», a dinastia muçulmana que reinava sobre Marrocos). Rapidamente, os muçulmanos organizaram uma vasta coligação, que incluía o rei de

Sevilha, o emir almorávida (Yusuf ibn Tashufin), o rei de Málaga e o rei de Badajoz, e avançaram em direção a Toledo, derrotando Afonso VI na batalha de Zalaca, em outubro de 1086. Vitoriosos, os Almorávidas aproveitaram para absorver os reinos de taifas: desde 1106, Tamin (o irmão do novo emir almorávida, Ali ibn Yusuf) governou a Hispânia muçulmana a partir de Granada.

Foi este o quadro que levou Afonso VI de Castela e Leão, que era casado com Constança da Borgonha (uma sobrinha de Hugo, abade beneditino de Cluny), a pedir auxílio externo. Daqui resultou a chegada à Península de diversos cavaleiros franceses, entre os quais D. Raimundo, filho do conde da Borgonha, a quem Afonso VI deu a mão de sua filha Urraca, tornando-os, em 1091, condes da Galiza. Deste modo se reconstituía o velho reino que pertencera a Garcia, mas agora com o estatuto de condado e no seio da família real. Numa primeira fase, as coisas correram bem: em 1093, o rei de Badajoz, Al Mutawakil, ressentido com a estratégia almorávida, entregou Santarém, Lisboa e o castelo de Sintra a Afonso VI, fazendo com que, pela primeira vez, a fronteira cristã beijasse as margens do Tejo. A resposta almorávida foi fulminante e, logo em 1094, os muçulmanos ocuparam Lisboa, Badajoz e Sintra, por Abu Bakr, o braço-direito do emir. As dificuldades de Raimundo no Sul do condado tornavam-se insuperáveis, levando a uma subdivisão da Galiza, um facto que permitiu a entrada em cena do pai do nosso primeiro rei.

Em 1096, Afonso VI casou outra das suas filhas (a bastarda Teresa) com um cavaleiro francês, filho do duque da Borgonha e chamado Henrique. Além da mão da filha, outorgou-lhe um condado: o Condado Portucalense, composto pelos territórios dos antigos condados de Portucale e de Coimbra, por Santarém e por outros domínios; como se vê, foi a ameaça muçulmana que fez nascer Portugal<sup>5</sup>! A decisão afonsina era conjuntural, mas comprometia a unidade da parte ocidental do reino castelhano-leonês, identificada até então com a Galiza. Por outro lado, confirmava o regresso dos condes à ribalta, facto que, mau grado a sua ligação à família real, punha em causa a centralização em curso.

Na altura da fundação do Condado Portucalense, Constança da Borgonha tinha morrido havia três anos, e Afonso VI procurava um sucessor; casou mais algumas vezes, uma das quais com a princesa muçulmana Zaida, do que resultou o nascimento do infante Sancho Afonso, falecido logo em 1108. Este ambiente foi explorado pelos dois condes franceses (aparentados entre si), que, talvez em 1105, se terão comprometido num Pacto Sucessório destinado a vigorar após a

morte de Afonso VI: Raimundo seria rei de Castela e Leão, com a ajuda de Henrique, de quem se tornaria o único senhor; em contrapartida, cederia a D. Henrique o território de Toledo e um terço do tesouro desta cidade; caso não fosse possível a cedência de Toledo, a Galiza seria transferida para o domínio de Henrique<sup>6</sup>. Tal era o sonho do pai do nosso primeiro rei: reconstituir o condado que o sogro outorgara a Raimundo em 1091.

Seguiram-se anos intensos, com o desaparecimento dos protagonistas desta história. Em 1107, Raimundo faleceu, e a esposa, Urraca, casou com o rei Afonso de Aragão, prevendo-se que o trono de Leão e Castela caberia a um descendente deste matrimónio; quanto ao filho que Urraca havia tido de Raimundo, chamado Afonso Raimundes, tocar-lhe-ia o reino da Galiza. Ao que parece, Henrique não apreciou a ideia e lavrou um protesto durante uma reunião da cúria régia, que se realizou em Toledo, em 1108: Henrique arriscava-se a ficar sob a tutela do sobrinho Afonso Raimundes (rei da Galiza e que não deixaria de querer absorver o Condado Portucalense), em vez de ser ele próprio a alargar o seu condado até à Galiza; em resultado do seu protesto, Henrique foi banido da corte. Logo no ano seguinte (1109), deu-se a morte de Afonso VI e teve início o turbulento reinado de D. Urraca (1109-1126). Henrique tentou tirar partido das circunstâncias (agravadas pelo diferendo entre Urraca e o marido) e apoiou a cunhada, que em troca lhe cedeu Astorga e Zamora, em Leão<sup>7</sup>. Mas, em 1112, foi a vez de o conde D. Henrique fechar os olhos para sempre, cabendo à viúva, D. Teresa, o governo do Condado Portucalense (o filho de ambos, Afonso Henriques, não teria mais de três anos).

Não foram tempos nada fáceis para Teresa, que se viu a braços com uma ofensiva almorávida no Sul do condado, já materializada na tomada de Santarém, em 1111. Subordinada ao seu sobrinho Afonso Raimundes, rei da Galiza, Teresa empenhou-se na defesa da região de Coimbra, objeto de um duro ataque em 1116, que atingiu Miranda do Corvo, Soure, Santa Eulália e a própria urbe mondegua. Este afundamento do poder régio peninsular abriu caminho à afirmação dos poderes regionais, com a ascensão dos infanções. Mas não cerceou os sonhos de D. Teresa, que, a partir de 1117, vendo Afonso Raimundes na calha para suceder à mãe Urraca no trono de Leão, libertando assim a Galiza, passou a um registo mais ofensivo: a condessa diligenciou no sentido de aí captar apoios (em especial junto da família dos Travas e no seio das linhagens de Toronho e de Límia, no Sul do reino galego),

de modo a tornar-se, ela própria, rainha da Galiza; no fundo, Teresa corporizava o espírito do Pacto Sucessório, mas chamando agora a si o título real!

Os anos seguintes, até 1126, constituíram um tempo de luta entre D. Teresa e D. Urraca (apoiada pelo seu filho Afonso Raimundes, o futuro rei Afonso VII). Neste clima, as linhagens galegas ganharam ascendente na corte portugalense, tendo-se verificado um possível enlace (matrimonial ou factual) entre D. Teresa e Bermudo Peres de Trava (o irmão de Fernão Peres de Trava, chefe da fronteira sul do Condado Portugalense, desde 1121, e tenente de castelos importantes na região de Coimbra). Tal quadro gerou muitas tensões, em especial no seio do clero e entre os infanções portugalenses, uns e outros vendo a sua posição em risco. Em 1122, D. Teresa mandou prender o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, cuja diocese se encontrava ameaçada pela de Compostela (com o arcebispo Diego Gelmírez). No ano seguinte, algumas das mais prestigiadas linhagens de infanções portugalenses (Sousa, Ribadouro, Maia) abandonaram a corte, no que seriam imitadas três anos mais tarde por outras famílias nobres. Em compensação, a condessa acolheu com entusiasmo os cavaleiros templários (uma ordem militar acabada de se constituir na Terra Santa), tendo-lhes doado Soure logo em 1128. Por essa altura, ou até um pouco mais cedo, também a Ordem do Hospital chegou ao Ocidente peninsular, limitando para já a sua intervenção a matérias assistenciais<sup>8</sup>.

Os opositores internos de Teresa e dos Trava (Fernão Peres unira-se entretanto à condessa, vindo a nascer quatro filhas desta ligação) encontraram no jovem Afonso Henriques a sua bandeira, e foi sob o seu comando que, a 24 de junho de 1128, travaram a batalha de São Mamede (perto de Guimarães), de onde a condessa e os seus aliados saíram derrotados. Para conquistar apoios na Galiza, D. Teresa acabara por perder a confiança do clero e da nobreza portugalenses; refugiada ali, a condessa acabaria por morrer dois anos mais tarde. De certo modo, pode dizer-se que São Mamede representou um regresso ao passado feudal e senhorial, tendo provado que os condes, sem a simpatia da igreja e da nobreza locais, dificilmente se afirmavam no poder. Como observou Resende de Oliveira, ao secundarizar os condes em benefício dos infanções em matéria de configuração do território que haveria de ser o nosso reino, «o Portugal condal encontrava-se, de momento, manietado pela força do Portugal senhorial e, aparentemente, sem grandes perspetivas de futuro na sua tentativa de autonomização do poder leonês»<sup>9</sup>.

Vitorioso, Afonso Henriques procurou cumprir o sonho do pai (alargar as fronteiras do condado), mas por uma via diferente. O território de partida de um e de outro era semelhante, mas a palavra «Portugal» começava agora a ser repetida pelos escribas na documentação. A nobreza e o clero portugalenses, desavindos com a condessa, regressaram à corte, enquanto, mais a leste, Afonso VII (1126-1157) procurava reerguer a realza castelhana-leonesa e, ao mesmo tempo, resistir à pressão almorávida na fronteira meridional.

Foi neste quadro que se deu a aventura galega de Afonso Henriques. Por considerar que a Galiza era o elo mais fraco do território controlado pelo primo, ou por não vislumbrar alternativas, Afonso lançou-se numa operação de recolha de apoios na fronteira norte do Condado Portucalense (em Límia e Toronho) e procedeu a um reconhecimento da zona sul da Galiza, onde construiu o castelo de Celmes (que depressa foi derrubado). Dir-se-ia que Afonso repetia a estratégia materna, mas agora sem dispor de tão fortes apoios entre o clero e a nobreza galaicos. Em 1136, ou já em 1137, Afonso Henriques derrotou, em Cerneja, um exército galego comandado por Fernão Peres de Trava e Rodrigo Veilaz. Todavia, logo a seguir, fracassou em Tuy e foi forçado a assinar um tratado (em 1137) onde se reconhecia como vassalo de Afonso VII. Em 1140 ou em 1141, depois de invadir o condado de Toronho, foi possivelmente batido pelo primo na Portela de Vez, no polémico torneio ou «bafordo» de Valdevez, de características e resultado ainda incertos.

Frustradas as suas ambições a norte, Afonso Henriques virou-se para a fronteira sul. Em 1131, instalara já a sua corte em Coimbra e reconheceu os cavaleiros da Ordem do Templo. Preocupado com a defesa dos campos vizinhos e com a estabilização da fronteira, mandara também construir, em 1135, o castelo de Leiria, uma ótima base contra Santarém, a praça de que os muçulmanos se serviam para os seus ataques a norte. Os Almorávidas destruíram este castelo (1140), mas Afonso insistiu, mandando reerguê-lo e outorgando foral a Leiria, no ano de 1142. Ao mesmo tempo, a partir de 1136, Afonso Henriques tratou de povoar e de organizar militarmente o interior, concedendo forais a Miranda do Corvo e a Penela. Em 1142, construiu o pequeno castelo do Germanelo, implantado no território de Ladeia-Penela, numa importante via interior romana que ligava as cidades de Tomar, Santarém e Lisboa. A partir de então, desenvolveu uma estratégia mais ofensiva contra o inimigo almorávida.

É neste espírito que se inscreve o fossado (nome dado a cavalgadas ousadas, fulgurantes e destruidoras) e a presúria (ocupação de terras com distribuição de lotes por colonos) realizados na região de Ladeia pelo alferes-mor Fernão Peres Cativo (entre 1136 e 1139)<sup>10</sup>; e, claro, o profundo fossado que, eventualmente, conduziu Afonso Henriques até à Andaluzia e que, no regresso, desaguou na batalha de Ourique, travada em julho de 1139 e que analisaremos no final deste capítulo. Parece ter sido na sequência deste sucesso que Afonso Henriques, aclamado pelos seus homens no próprio campo de batalha, começou a utilizar o título de «rei de Portugal». É certo que a mãe Teresa também já reclamara ser rainha, mas num contexto bem diferente e com um território distinto (do Norte da Galiza até ao rio Mondego). Quanto ao filho, seria doravante rei de um espaço que correspondia ao velho Condado Portucalense, ampliado por aquilo que viesse a ser possível conquistar para sul. O jovem rei faria ainda uma tentativa na Galiza (em 1140-1141, na região de Toronho), mas esta não seria mais do que o canto do cisne do projeto galego sonhado por D. Henrique: a Galiza deixou de fazer parte das expectativas de alargamento do território português e Coimbra substituiu Guimarães como centro do poder condal.

Com a nova política afonsina, os infanções portucalenses não foram postos em causa, mas passaram a dispor de companhia: os cavaleiros das cidades de fronteira (como os de Coimbra ou Viseu), assim como uma nobreza de segunda linha que se aproximara da raia com o Islão para, através da guerra, tentar melhorar a sua condição social. Uma outra novidade é o apoio clerical concedido ao nosso primeiro rei, em especial na sequência da fundação do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, entregue aos cónegos regrantes de Santo Agostinho em 1131: aqui se viria a preservar e a engrandecer a memória dos feitos afonsinos.

Em 1143, Afonso Henriques terá renunciado à Galiza e Afonso VII reconheceu-o como rei, na Conferência de Zamora. Nessa altura, o monarca de Castela e Leão ostentava já o título de «imperador» e contava entre os seus vassallos com alguns condes e reis peninsulares, como os de Navarra e de Aragão, pelo que o reconhecimento do primo não deve ter sido difícil. Afonso Raimundes pensaria recuperar mais tarde esta parcela de território, mas a história não lho permitiu; em 1157, quando faleceu, foi o seu próprio império a ser posto em causa, com nova separação dos reinos de Castela e de Leão: Fernando II recebeu Leão, que governaria entre 1157 e 1188, e a Sancho III coube o reino de Castela, que logo em 1158 passaria para as mãos de Afonso VIII

(m. 1214). Deste modo, pode concluir-se que Portugal, nascido do medo dos governantes cristãos perante o poderio almorávida, acabou por assumir as tendências autonómicas do velho reino da Galiza e por constituir-se, a par de Castela e de Leão, como um dos três reinos resultantes do desmembramento do império leonês<sup>11</sup>.

No mesmo ano em que Afonso VII reconhecia o título do seu primo em Zamora, dava-se a morte do emir Ali ibn Yusuf. Este facto precipitou o declínio almorávida e acabou por conduzir ao período dos «segundos reinos de taifas» (de 1144-1145 até 1156-1157), o que deu alento à Reconquista. A nascente, logo em 1147, deram-se os ataques a Calatrava e a Almería; três anos mais tarde, ocorreu a tomada de Uclés; e, em 1151, realizou-se o cerco de Jaén. A poente, deu-se, em março de 1147, a conquista de Santarém (em jeito de ação de «comandos», como explicaremos adiante), logo seguida pela tomada de Lisboa, uma operação complexa mas onde Afonso Henriques conseguiu a sua maior vitória, contando com o auxílio de uma frota de cruzados; mais à frente, evocaremos os momentos principais da captura da maior cidade islâmica do Sudoeste ibérico, em outubro de 1147.

O sucesso de Lisboa permitiu a Afonso I a ocupação de Sintra, Almada e Palmela, seguindo-se dez anos de relativa acalmia na fronteira, até à entrada em cena de uma terceira dinastia muçulmana: os Almóadas (os «Crentes na unidade de Deus»), que haviam conquistado o poder no Norte de África. Aguerridos, os Almóadas dominaram os segundos reinos de taifas, tendo submetido Tavira e Silves logo em 1156 e Mértola em 1157; em 1163, assumiu o poder o califa Abu Yaqub Yusuf I, que governou a Hispânia muçulmana até 1184.

Mau grado este renascimento do poderio islâmico, os reis cristãos conseguiram alguns sucessos nos anos seguintes. Em 1158 (ou em 1160), deu-se a conquista de Alcácer do Sal, após um intenso assédio de dois meses, compensando as tentativas falhadas (apesar do auxílio de cruzados franceses e do Norte da Europa) de 1151 e 1157. Mas foi na década seguinte, em parte graças à intervenção de Geraldo Geraldes, o *Sem Pavor*, que se registaram as operações mais espetaculares, na região do Alentejo: guerreiro experiente e ousado, que gostava de atacar de surpresa, durante as noites invernosas, Geraldo conseguiu, com os seus homens rudes, capturar Trujillo, Évora (ambas em 1165), Cáceres, Montánchez, Serpa e Juromenha (estas em 1166); não é certo que tenha já colaborado na tomada de Beja, em 1162, por Fernão Gonçalves e um grupo de cavaleiros-vilãos (isto é, não nobres) de Coimbra. Pelo seu

lado, D. Afonso Henriques tratou de conquistar Moura, Serpa, Alconchel e Coruche (todas no ano de 1166). Ficava assim aberta a via para o assalto a Badajoz, a grande cidade muçulmana da região. O ataque conjunto (Geraldo e Afonso I) ocorreu em 1169, mas foi mal sucedido: a praça contou não só com o socorro do monarca marroquino, mas também com o do próprio rei de Leão, Fernando II, que assinara com Castela o Tratado de Sahagún, pelo qual lhe caberia a conquista do Garb (o Ocidente andaluz); se perdesse Badajoz, Fernando perderia o controlo sobre todo o Alentejo.

Afonso Henriques foi derrotado em Badajoz, com a agravante de ter sido capturado depois de fraturar a perna direita, ao embater numa porta da praça durante a fuga a cavalo; preso, foi obrigado a negociar a sua libertação e a entregar os castelos da margem esquerda do Guadiana. Já Geraldo, retomou mais tarde as operações: defenderia Juromenha e atacaria de novo Badajoz (em 1170) e Beja (que logo em 1163 tinha voltado a cair em mãos muçulmanas, mas de que Geraldo se reapoderou em 1172); depois, desencantado com o rei português, passou para o campo muçulmano, acabando por ser executado em Marrocos, em 1176, acusado de conspirar de novo com Afonso Henriques<sup>12</sup>...

A década de 1170 iniciou-se com um rei incapaz de montar a cavalo e de comandar o seu exército. Afonso terá tido uma longa convalescença em São Pedro do Sul e aí teve a calma necessária para repensar a sua estratégia: ao infante Sancho foram atribuídas tarefas bélicas mais relevantes, e o rei decidiu apostar nas ordens militares. Para tanto, terá contribuído a chegada a Portugal, em 1156, vindo da Terra Santa, do notável freire Gualdim Pais, que depressa se tornou mestre da Ordem do Templo, cargo que exerceria até 1195.

Logo em setembro de 1169, Afonso Henriques doou aos Templários – que controlavam já um território importante na região de Coimbra, incluindo diversos castelos, como por exemplo o de Pombal – um terço de todas as terras que conquistassem a sul do Tejo; em outubro, outorgou-lhes os castelos de Zêzere e de Cardiga e confirmou-lhes a posse de Tomar, onde estavam a concluir a construção de uma excelente fortaleza; o património da Ordem do Templo, que incluiu também alguns domínios na fronteira leste de Trás-os-Montes e da Beira Interior (como Penas Roias, Mogadouro e Longroiva), estendia-se agora até à margem norte do rio Tejo.

Talvez no intuito de equilibrar poderes e de distribuir melhor o esforço guerreiro, Afonso I, em 1172, doou Arruda dos Vinhos à Ordem

de Santiago (uma congregação de origem leonesa, fundada em 1170 e acabada de entrar em Portugal), tendo-lhe cedido igualmente os castelos de Monsanto (1172) e de Abrantes, com o seu termo (em 1173). Em 1175, o rei promoveu a criação da Milícia dos Cavaleiros de Évora (futura Ordem de Avis), para defesa desta cidade alentejana, sob a liderança de Gonçalo Viegas de Lanhoso, ex-governador de Lisboa; no ano seguinte, doou a esta jovem milícia o castelo de Coruche, que controlava o acesso de leste a Lisboa.

Tendo ganho protagonismo com a invalidez do pai, o infante Sancho fez por merecer a sua nova condição e, logo em 1178, organizou um fossado até Triana, nas imediações de Sevilha! A operação foi bem-sucedida, tanto mais que comportou dois combates vitoriosos contra os muçulmanos, um na região do Guadalquivir e outro já no regresso, nas proximidades de Alcácer do Sal; esta cavalgada constituiu uma prova de fogo do jovem herdeiro e José Mattoso classificou-a como uma das expedições «mais ousadas da história medieval portuguesa»<sup>13</sup>.

No ano seguinte (1179), o papa Alexandre III, pela bula *Manifestis Probatum*, reconheceu Afonso Henriques como rei, quatro décadas depois da vitória de Ourique. Os últimos anos de vida do nosso primeiro monarca já tiveram, portanto, outro sabor, nada havendo a registar de relevante do ponto de vista bélico, com exceção de um fracasso de Sancho em Ribacoa (batalha de Arganal, perto de Cidade Rodrigo, em 1180) e de uma grande expedição muçulmana sobre o vale do Tejo, em 1184, com cerco a Santarém, durante o qual morreu o califa Abu Yaqub Yusuf I, o que permitiu a ascensão do temível Abu Yaqub II «al Mansur» («o Vitorioso com Deus»).

Em 1185, faleceu D. Afonso Henriques, mas Sancho I (1185-1211) seguiu as pisadas do pai e investiu na expansão e nas ordens militares<sup>14</sup>. Saliente-se a doação de 1186 à Ordem de Santiago, envolvendo o castelo de Palmela e a confirmação de outras fortalezas entre o Tejo e o Sado (como Alcácer do Sal e Arruda). Em 1187, Sancho agraciou a Milícia de Évora com a doação do castelo de Alcanede e da vila de Alpedriz, prometendo aos freires a posse do castelo de Juromenha, assim que o reconquistassem.

Um dos mais importantes acontecimentos do reinado de D. Sancho I foi a tomada de Silves (analisada no final deste capítulo), em 1189. O feito contou com o auxílio de uma frota de cruzados e marcou a entrada em cena, no plano militar, dos cavaleiros do Hospital. A operação durou mais de um mês e meio, tendo o rei deixado em Silves uma

guarnição com cavaleiros de várias ordens, dado a praça constituir um enclave cristão em território muçulmano. Al Mansur não tardou a responder e, em 1190-1191, lançou uma violenta ofensiva, que fez recuar a fronteira de novo até ao Tejo: Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Silves caíram de novo em mãos muçulmanas, assim como todas as praças alentejanas, com exceção de Évora! Palmela seria recuperada logo em 1194, tendo a Ordem de Santiago mandado erguer na cidadela do castelo uma sede conventual capaz de servir de base de apoio ao avanço para sul.

D. Sancho I preocupou-se também com o povoamento do reino: em 1194, concedeu a herdade de Guidintesta aos Hospitalários, que ali viriam a construir o castelo de Belver – o seu primeiro património militar. No ano seguinte, dois acontecimentos ensombram os esforços da reconquista cristã: a morte do mestre da Milícia de Évora, D. Gonçalo Viegas de Lanhoso, na batalha de Alarcos (onde Afonso VIII de Castela foi derrotado, em julho de 1195, pelo califa almóada); e, três meses depois, em Tomar, o decesso de D. Gualdim Pais, mestre dos Templários.

A partir de 1196, D. Sancho I envolveu-se em conflitos com o rei Afonso IX de Leão, na sequência da anulação papal do casamento da sua filha Teresa Sanches com o monarca leonês. Teresa acabaria por entrar na vida monástica (convertendo o mosteiro beneditino de Lorvão num convento cisterciense feminino), mas Sancho I invadiu a Galiza e tomou Tuy e Pontevedra, obrigando o rei de Aragão a vir a Coimbra promover a paz (fevereiro de 1196). Dois anos mais tarde, a guerra reacendeu-se, com uma ofensiva leonesa na Beira Interior e em Trás-os-Montes. Daqui resultaram a lide (isto é, a batalha) de Ervas Tenras, na região de Pinhel, e o combate ou «hoste de Pinhel» (quicá em resposta à derrota sofrida em Ervas Tenras e agora com a participação do monarca). Talvez em 1199, D. Sancho I cercou Cidade Rodrigo, numa operação em que faleceu o novo mestre da Ordem do Templo, D. Lopo Fernandes. Na primavera de 1199, o monarca leonês cercou Bragança, mas Sancho correu e libertou a cidade. Com o final do século XII, terminaram os conflitos entre Portugal e Leão.

A última década do reinado foi marcada por problemas internos, tanto com os bispos (em especial do Porto e de Coimbra) como com a nobreza (em particular no Norte, onde alguns senhores se encastelavam sem autorização do rei e semeavam a violência). Neste contexto, deu-se a lide de Crasconho, perto de Valongo, em 1207 ou 1208, na qual as forças leais ao rei dizimaram o bando de Pedro Mendes de Poiares.